

ENSINO PÚBLICO

Educação Prefeitura de Maringá transfere para professores administração de escola

por Márcia Beatriz De Chiara
de São Paulo

Uma nova forma de administração das escolas da rede municipal de Maringá, no norte do Paraná, está permitindo um ganho real nos salários dos professores, que hoje recebem remuneração equivalente às escolas da rede privada de ensino.

Trata-se da escola-cooperativa, implantada desde março deste ano, em caráter experimental, na unidade municipal Agmar dos Santos, onde um grupo de vinte professores é responsável não só pelo ensino, mas também pelo gerenciamento da escola. Eles recebem por uma jornada de trabalho de 20 horas semanais Cr\$ 102 mil, enquanto o salário de junho na rede municipal oscila entre Cr\$ 60 mil e Cr\$ 70 mil.

Constituídos legalmente como Professores Associados Sociedade Educativa S.C. Ltda., esse grupo venceu uma concorrência pública aberta pela prefeitura para administrar e ministrar aulas em uma unidade de ensino da rede municipal de Maringá. E, ainda neste mês, serão abertas licitações semelhantes para administração de duas outras novas escolas,



Ricardo Barros

informa a diretoria de Educação da prefeitura.

Nesse sistema de administração escolar idealizado pelo prefeito de Maringá, Ricardo Barros, a prefeitura cede as instalações físicas, a mobília e ajuda na merenda escolar, enquanto a cooperativa arca com pagamento de professores, funcionários, a manutenção da escola e reparos no prédio. Os professores da cooperativa recebem do município um valor mensal por aluno, reajustado mensalmente pelo INPC do IBGE. Em junho, a pre-

feitura irá pagar por aluno matriculado Cr\$ 10.515,20, diz o diretor.

A diretoria de Educação da prefeitura de Maringá ainda não tem custos comparativos que apontem as vantagens ou desvantagens financeiras desse novo sistema, em relação ao tradicional, para os cofres públicos. Segundo informa a assessoria técnica da Educação, os números sobre os resultados econômicos do projeto deverão estar concluídos dentro de um mês.

Uma das vantagens desse sistema apontada pelo diretor da escola é a valorização do professor. "O professor não irá tratar a sua escola como assalariado, mas como dono e gestor", afirma o prefeito. Ele ressalta também a nova postura do docente em relação ao aluno, preocupado com a qualidade do ensino, com os custos financeiros, com a conservação do prédio, móveis e utensílios, com a evasão escolar, uma vez que a receita da escola e o salário do professor dependem do número de alunos que freqüentem a escola.

"Não se trata da privatização do ensino municipal", diz Suaki, pois a linha pedagógica é controlada pela prefeitura, que constantemente está oferecendo cursos de reciclagem

aos professores. Ainda não existem dados sobre os reflexos desse novo sistema administrativo nos índices de evasão e repetência da escola, uma vez que a experiência é recente, adverte o diretor. Mas ele acredita no sucesso desse modelo, pois muda a consciência do professor a respeito da escola pública.

Uma das provas dessa mudança foi a campanha, realizada no início deste ano, pelos professores da escola-cooperativa que visitaram os moradores do bairro onde fica a escola Agmar dos Santos, na periferia da cidade, para conscientizá-los da importância de colocar os filhos na escola, relata o diretor. O resultado foi o aumento no número de alunos: a escola começou com 307 crianças e hoje atende 380.

Com seis funcionários e doze turmas regulares, da pré-escola à 6ª série do 1º grau, a cooperativa de professores investiu na escola, de março até agora, Cr\$ 2 milhões, a preços de junho, na compra de equipamentos complementares. Esse dinheiro foi o lucro obtido pela atual administração, explica o diretor, destacando que o objetivo no momento é aplicá-lo na melhoria das condições da própria escola.